

a 11 mil funcionários

Brasília — O Congresso Nacional realiza de quatro a cinco sessões extraordinárias por semana, o que dá uma média de 16 por mês, e toda vez que se realiza uma dessas sessões, não só os deputados recebem seus jetons, mas cada um dos 11 mil funcionários do Congresso soma um adicional ao seu vencimento, se tiver batido o ponto no dia.

Esse adicional é calculado à base de 1/30 do vencimento bruto de cada funcionário, mas o valor não pode exceder a Cr\$ 112 mil 500, que corresponde a 1/30 da base fixa do subsídio de um senador — o maior do Congresso, hoje Cr\$ 3 milhões 375. Só a Câmara dos Deputados gasta cerca de Cr\$ 50 bilhões mensais para pagar seus 479 parlamentares e 4 mil 969 funcionários.

Mesmo com a proposta da comissão das prerrogativas, que sugeriu acabar com os jetons, alterando a fórmula de composição dos rendimentos dos congressistas, os funcionários não perderão o direito ao adicional por hora extra. Mas a expectativa dos funcionários e dos próprios parlamentares é de que, sem o pagamento dos jetons por comparecimento às sessões, diminua o número de sessões — o que, na prática, resultará em redução de vencimentos.

A mesma regra de cálculo do adicional por hora extra dos funcionários é aplicada para o cálculo dos jetons. Mas os parlamentares recebem também 1/30 de seu vencimento bruto por cada sessão ordinária a que compareçam — e as sessões chegam a 40 por mês. Então, os jetons formam a parte mais substancial do ganho mensal de cada parlamentar.

Mesmo os funcionários, que só recebem adicional por sessão extraordinária, em geral acrescentam a seus vencimentos mais da metade do rendimento bruto. Sobre o total desses vencimentos é descontado o Imposto de Renda que, no caso dos parlamentares, só incide sobre a parte fixa, não atingindo o jeton.

No mês passado, por exemplo, quando a Mesa da Câmara cortou sistematicamente jetons dos ausentes, houve parlamentares que receberam apenas Cr\$ 4 milhões, dos habituais Cr\$ 26 milhões que percebem mensalmente. O Deputado João Gilberto (PMDB-RS) é contra a extinção total do pagamento dos jetons. Pondera que isso pode causar "um esvaziamento das sessões". Como solução intermediária, propõe que se reduza a participação do jeton na composição do vencimento do parlamentar.

Sem levar em conta os funcionários, a maioria dos parlamentares aprova a proposição do Deputado Flávio Marçílio (PDS-CE), de transformar a parte variável dos rendimentos do parlamentar em fixa, a título de ajuda de custo e verba de representação. O relator da comissão das prerrogativas, Deputado Cássio Gonçalves (PMDB-MG), informou ontem que deverá manter essa proposição no relatório que apresentará quinta-feira.

Em sua opinião, a fórmula para compensar futuras perdas para o Imposto de Renda dos parlamentares ou eventuais diminuições nos vencimentos dos funcionários é "uma questão regimental" a ser resolvida pelas Mesas da Câmara e do Senado.

Funcionários do Senado admitem que o diretor-geral, Lourival Zagonel dos Santos, estuda uma fórmula para evitar grandes perdas. Mas Lourival se recusa a confirmar. A Câmara tem hoje 4 mil 969 funcionários — 3 mil 200 estatutários, 1 mil 459 secretários parlamentares (funcionários de gabinetes) e 310 sob o regime da CLT. Caso haja redução do adicional, pelo menos estes 310 poderão recorrer à Justiça.